

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	64
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	300.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>300.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	1.179.823	1.006.120
1.01	Ativo Circulante	794.222	719.231
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.713	19.309
1.01.02	Aplicações Financeiras	494	515
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	494	515
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	494	515
1.01.03	Contas a Receber	179.104	151.420
1.01.03.01	Clientes	166.378	139.628
1.01.03.01.01	Cartões de crédito	166.378	139.628
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.726	11.792
1.01.03.02.01	Convenios a receber	11.855	8.697
1.01.03.02.02	Comissões a receber	871	3.095
1.01.04	Estoques	521.383	523.282
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.432	1.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.432	1.761
1.01.07	Despesas Antecipadas	5.315	3.144
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.781	19.800
1.01.08.03	Outros	23.781	19.800
1.01.08.03.01	Arrecadação de recursos de terceiros	10.390	9.602
1.01.08.03.02	Adiantamento a terceiros	5.625	5.157
1.01.08.03.03	Outros créditos	7.766	5.041
1.02	Ativo Não Circulante	385.601	286.889
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	156.833	123.359
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.749	1.642
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.749	1.642
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.496	24.755
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.496	24.755
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	21	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	133.137	89.952
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	133.137	89.952
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	7.430	7.010
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	6.399	6.006
1.02.01.09.04	Outros créditos	1.031	1.004
1.02.03	Imobilizado	212.806	150.757
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	212.806	150.757
1.02.04	Intangível	15.962	12.773
1.02.04.01	Intangíveis	15.962	12.773
1.02.04.01.02	Intangíveis	15.962	12.773

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	1.179.823	1.006.120
2.01	Passivo Circulante	435.384	621.893
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	58.289	28.304
2.01.01.01	Obrigações Sociais	58.289	28.304
2.01.01.01.01	Salários e férias a pagar	58.289	28.304
2.01.02	Fornecedores	211.301	365.146
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	211.301	365.146
2.01.03	Obrigações Fiscais	40.738	39.577
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.985	13.062
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	3.469
2.01.03.01.02	Retenções de PIS e COFINS	69	69
2.01.03.01.03	IRRF	0	1.124
2.01.03.01.04	INSS	7.637	5.916
2.01.03.01.05	FGTS	1.705	1.894
2.01.03.01.06	Programa de recuperação fiscal - REFIS	599	590
2.01.03.01.07	Outros	975	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	29.289	26.399
2.01.03.02.01	ICMS	29.289	26.399
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	464	116
2.01.03.03.01	ISS	306	58
2.01.03.03.02	Contribuição sindical	158	58
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.520	155.694
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	95.353	155.499
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	75.681	155.499
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	19.672	0
2.01.04.02	Debêntures	8.167	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	195
2.01.05	Outras Obrigações	21.536	33.172
2.01.05.02	Outros	21.536	33.172
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	122	9.607
2.01.05.02.04	Arrecadação de recursos de terceiros	14.398	17.668
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	7.016	5.897
2.02	Passivo Não Circulante	436.653	136.965
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	432.802	127.680
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	174.291	127.680
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	125.160	127.680
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	49.131	0
2.02.01.02	Debêntures	258.511	0
2.02.02	Outras Obrigações	0	119
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	119
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	119
2.02.03	Tributos Diferidos	0	4.514
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	4.514
2.02.04	Provisões	3.851	4.652
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.851	4.652
2.03	Patrimônio Líquido	307.786	247.262

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	220.000	140.000
2.03.04	Reservas de Lucros	11.192	106.863
2.03.04.01	Reserva Legal	10.633	10.633
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	559	80.559
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	15.671
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.262	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	332	399

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	782.928	2.338.730	732.349	2.037.081
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-561.128	-1.672.421	-553.556	-1.529.934
3.03	Resultado Bruto	221.800	666.309	178.793	507.147
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-177.791	-506.410	-130.931	-362.097
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.360	-44.888	-11.842	-36.673
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-163.243	-463.988	-119.498	-328.054
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.162	3.347	409	2.630
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-350	-881	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	44.009	159.899	47.862	145.050
3.06	Resultado Financeiro	-23.224	-65.479	-20.222	-58.037
3.06.01	Receitas Financeiras	3.312	12.398	-1.053	3.469
3.06.02	Despesas Financeiras	-26.536	-77.877	-19.169	-61.506
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.785	94.420	27.640	87.013
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.377	-18.225	-4.496	-16.789
3.08.01	Corrente	-1.769	-12.480	-2.364	-12.955
3.08.02	Diferido	-608	-5.745	-2.132	-3.834
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.408	76.195	23.144	70.224
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.408	76.195	23.144	70.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09000	0,37000	0,11000	0,34000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,09000	0,37000	0,11000	0,34000

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	18.408	76.195	23.144	70.224
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.408	76.195	23.144	70.224

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-52.750	1.455
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	152.604	124.860
6.01.01.01	Lucro líquido do período	76.195	70.224
6.01.01.02	Depreciação e amortização	26.083	14.088
6.01.01.03	Capitalização dos juros	-768	-1.416
6.01.01.04	Juros sobre empréstimos tomados	22.157	21.609
6.01.01.05	Perdas com operações de swaps	-2.211	127
6.01.01.06	Variação cambial	5.037	2.452
6.01.01.07	(Reversão) provisão para contingencias	-801	987
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social corrente	12.480	12.955
6.01.01.09	Imposto de renda e contribuição social diferido	5.745	3.834
6.01.01.11	Juros sobre emissão de debenture	8.501	0
6.01.01.12	Realização do custo de captação da emissão de debentue	186	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-160.360	-91.071
6.01.02.01	(Aumento) redução em arrecadação de recursos de terceiros	-788	1.717
6.01.02.02	(Aumento) em contas a receber de clientes	-27.684	-61.020
6.01.02.03	(Aumento) redução em adiantamento a terceiros	-468	6.067
6.01.02.04	Redução (aumento) nos estoques	1.899	-52.094
6.01.02.05	(Aumento) redução nos impostos a recuperar	-3.064	8.824
6.01.02.06	(Aumento) em outros créditos	-2.752	-2.106
6.01.02.07	(Aumento) redução em despesas antecipadas	-2.192	-825
6.01.02.08	(Redução) em fornecedores	-153.845	-3.353
6.01.02.09	Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	691	-6.026
6.01.02.10	Aumento (redução) em programa de recuperação fiscal - REFIS	9	-3.945
6.01.02.11	Aumento em salários e férias a pagar	29.985	18.210
6.01.02.12	(Redução) aumento em arrecadação de recursos de terceiros	-3.270	3.238
6.01.02.13	Aumento em outras contas a pagar	1.119	242
6.01.03	Outros	-44.994	-32.334
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de renda e Contribuição social	-12.019	-12.271
6.01.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - juros	-32.975	-20.063
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-149.614	-49.030
6.02.01	Empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	-86.258	-72.137
6.02.02	Liquidações de empréstimos concedidos junto a partes relacionadas	27.284	88.930
6.02.04	Aquisição em outros investimentos	-107	-2.077
6.02.05	Alienação em outros investimentos	21	0
6.02.06	Aquisição de imobilizado	-85.922	-59.128
6.02.07	Alienação de imobilizado	17	0
6.02.08	Aquisição de intangível	-4.649	-4.621
6.02.09	Alienação de propriedade para investimento	0	2
6.02.10	Alienação em investimentos	0	1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	242.768	45.786
6.03.01	Empréstimos tomados - principal	195.147	254.928
6.03.02	Pagamento de empréstimos tomados - principal	257.991	-204.676

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.03.03	Pagamento de arrendamento mercantil	-195	-597
6.03.04	Juros sobre capital próprio pagos	-9.485	-3.869
6.03.05	Emissão de debêntures	-200.690	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	40.404	-1.789
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.309	8.720
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.713	6.931

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	140.000	0	106.863	0	399	247.262
5.04	Transações de Capital com os Sócios	80.000	0	-95.671	0	0	-15.671
5.04.01	Aumentos de Capital	80.000	0	-80.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.671	0	0	-15.671
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.262	-67	76.195
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.195	0	76.195
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	67	-67	0
5.07	Saldos Finais	220.000	0	11.192	76.262	332	307.786

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	50.000	0	95.803	0	1.116	146.919
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50.000	0	95.803	0	1.116	146.919
5.04	Transações de Capital com os Sócios	90.000	0	-90.000	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	90.000	0	-90.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	70.918	-694	70.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	70.224	0	70.224
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	694	-694	0
5.07	Saldos Finais	140.000	0	5.803	70.918	422	217.143

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
7.01	Receitas	2.342.077	2.088.910
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.338.730	2.086.280
7.01.02	Outras Receitas	3.347	2.630
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.838.735	-1.457.748
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.672.421	-1.333.857
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-166.314	-123.891
7.03	Valor Adicionado Bruto	503.342	631.162
7.04	Retenções	-26.083	-14.088
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.083	-14.088
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	477.259	617.074
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.398	3.469
7.06.02	Receitas Financeiras	12.398	3.469
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	489.657	620.543
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	489.657	620.543
7.08.01	Pessoal	240.655	182.952
7.08.01.01	Remuneração Direta	207.970	157.369
7.08.01.02	Benefícios	17.201	14.971
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.484	10.612
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.869	305.601
7.08.02.01	Federais	75.425	56.217
7.08.02.02	Estaduais	1.339	247.248
7.08.02.03	Municipais	2.105	2.136
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	93.938	61.766
7.08.03.01	Juros	36.170	28.507
7.08.03.02	Aluguéis	57.768	33.259
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	76.195	70.224
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	76.195	70.224

# Divulgação de Resultados 3T12

Fortaleza, 14 de novembro de 2012. Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), única rede do varejo farmacêutico brasileiro presente em todos os estados do Brasil, inclusive no Distrito Federal, e que leva saúde a mais de 200 municípios brasileiros, anuncia seus resultados referentes ao 3º trimestre de 2012 (3T12).

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais encontram-se em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade (IFRS), tendo sido revisadas por nossos auditores independentes (KPMG). Os demonstrativos são apresentados em reais, as taxas de crescimento na base trimestral e alguns indicadores na base dos nove meses (9M12), ambos comparados com o mesmo período de 2011.

## Principais Destaques

- **Novas lojas:** Foram abertas 24 lojas ao longo do 3º trimestre, totalizando 555 lojas ao final do período
- **Receita Bruta:** R\$ 2,42 bilhões nos 9M12, crescimento de 15,1% em relação ao período anterior
- **Margem Bruta:** 27,5% no 9M12, expansão de 340 p.p. em relação ao mesmo período de 2011
- **EBITDA:** R\$ 186,0 milhões nos 9M12, crescimento de 16,9% ante 9M11
- **Margem EBITDA:** 7,7% nos 9M12, expansão de 11 p.p. frente os 9M11
- **Lucro Líquido:** R\$ 76,2 milhões nos 9M12, com margem sobre a Receita Bruta de 3,2%

Destaques Financeiros (em R\$ mil)	3T11	3T12	T / T	9M11	9M12	9M / 9M
Receita Bruta	756.994	810.617	7,1%	2.102.750	2.421.164	15,1%
Lucro bruto	178.793	221.800	24,1%	507.147	666.309	31,4%
Margem Bruta	23,62%	27,36	374 p.p	24,12%	27,52%	340 p.p
EBITDA	54.554	53.249	-2,4%	159.138	185.982	16,9%
Margem EBITDA	7,21%	6,57%	-64 p.p	7,57%	7,68%	11 p.p
Lucro Líquido	23.144	18.408	-20,5%	70.224	76.195	8,5%
Margem Líquida	3,06%	2,27%	-79 p.p	3,34%	3,15%	- 19 p.p

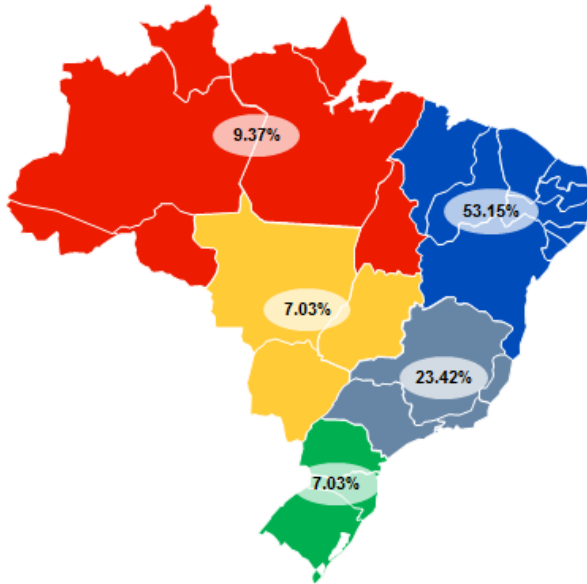
Destaques Operacionais	3T11	3T12	T / T	9M11	9M12	9M / 9M
# de Lojas fim do período	459	555	+96	459	555	+96
Ticket Médio (em R\$)	40,01	40,30	0,7%	39,13	40,51	3,5%

## Única Plataforma Nacional

Encerramos o 3T12 com 555 lojas em operação, sendo 24 novas lojas ao longo do trimestre. Com isso, finalizamos os nove meses de 2012 com a adição de 66 novas lojas, destacando a entrada em 26 novos municípios brasileiros. Nos últimos 12 meses foram abertas 96 lojas, sendo 100% crescimento orgânico, mostrando a competência da área de expansão da companhia, que consegue manter um

Região Norte	
Estado	Lojas
AC	4
AM	9
AP	4
PA	19
RO	8
RR	3
TO	5
<b>Total:</b>	<b>52</b>

Região Centro-Oeste e DF	
Estado	Lojas
DF	8
GO	15
MS	9
MT	7
<b>Total:</b>	<b>39</b>



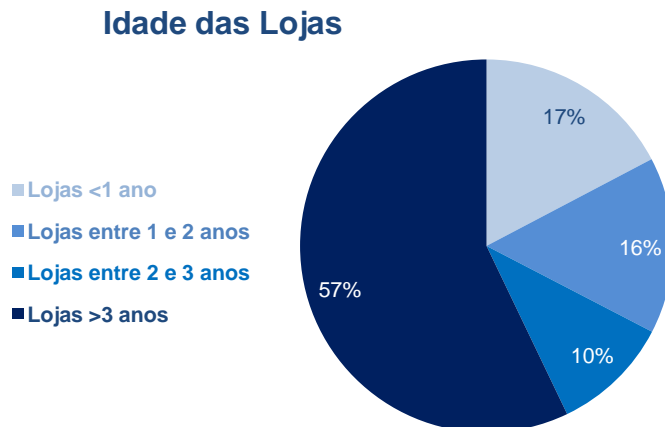
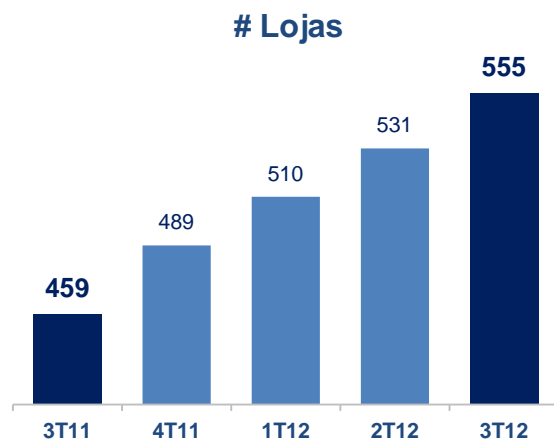
Região Nordeste	
Estado	Lojas
AL	14
BA	45
CE	103
MA	24
PB	21
PE	39
PI	16
RN	23
SE	10
<b>Total:</b>	<b>295</b>

Região Sudeste	
Estado	Lojas
ES	11
MG	33
RJ	30
SP	56
<b>Total:</b>	<b>130</b>

Região Sul	
Estado	Lojas
PR	16
RS	10
SC	13
<b>Total:</b>	<b>39</b>

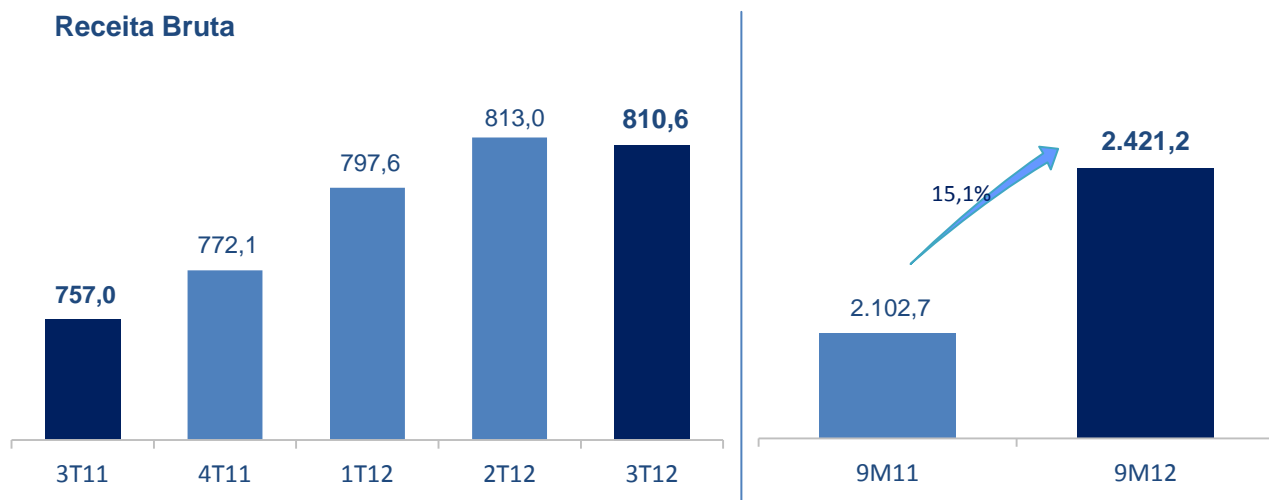
ritmo acelerado de crescimento.

Em 30 de setembro de 2012, possuíamos 43% de nossas lojas em estágio de maturação e 57% de lojas maduras (acima de 3 anos) dentro do nosso perfil etário das lojas (*vide abaixo*). Ao longo do trimestre, 9 lojas foram reformadas e adaptadas ao novo layout de expansão de gôndolas. Adicionalmente, tínhamos no encerramento do trimestre, 50 lojas em construção.



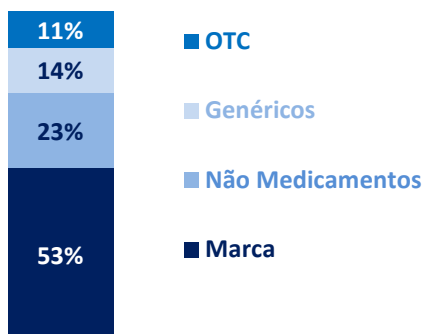
## Receita Bruta de Vendas

Encerramos os nove meses com uma Receita Bruta de R\$ 2.421,2 milhões, o que representou um incremento de 15,1% em relação ao mesmo período de 2011. No 3T12, por sua vez, o crescimento foi de 7,1% na base anual, atingindo um faturamento de R\$ 810,6 milhões. Temos melhorado nosso mix de vendas ao longo dos trimestres, com elevação do peso de genérico (14% no 3T12) e não medicamentos (23% no 3T12) frente a redução de medicamentos de marca que representou 53% no 3T12. Nosso ticket médio passou de R\$ 39,13 no 9M11 para R\$ 40,51 no 9M12, um aumento de 3,5%. Registramos ainda um crescimento de mesmas lojas de 8,2% e 2,0% nas lojas maduras nos 9M12, ainda impactados pela implementação da nova linha de separação Pick to Light (da empresa austríaca Knapp) em nosso Centro de Distribuição, que refletirá em uma operação mais ágil, uma vez que passamos de 55% de separação automatizada para 90% após a ampliação, com interessantes ganhos de produtividade, melhorando ainda mais nosso nível de serviço.



Apesar de todo o planejamento relativo à implementação desta nova linha, a Companhia enfrentou, ao longo dos últimos meses, problemas com o reposicionamento dos produtos nos flow hacks de separação, ou seja, havia disponibilidade no estoque, mas em virtude das mudanças de endereçamento nas linhas, os produtos demoravam a ser repostos, o que reduziu sobremaneira o nível de serviço e, por conseguinte, o abastecimento das lojas.

### Mix de Vendas 3T12



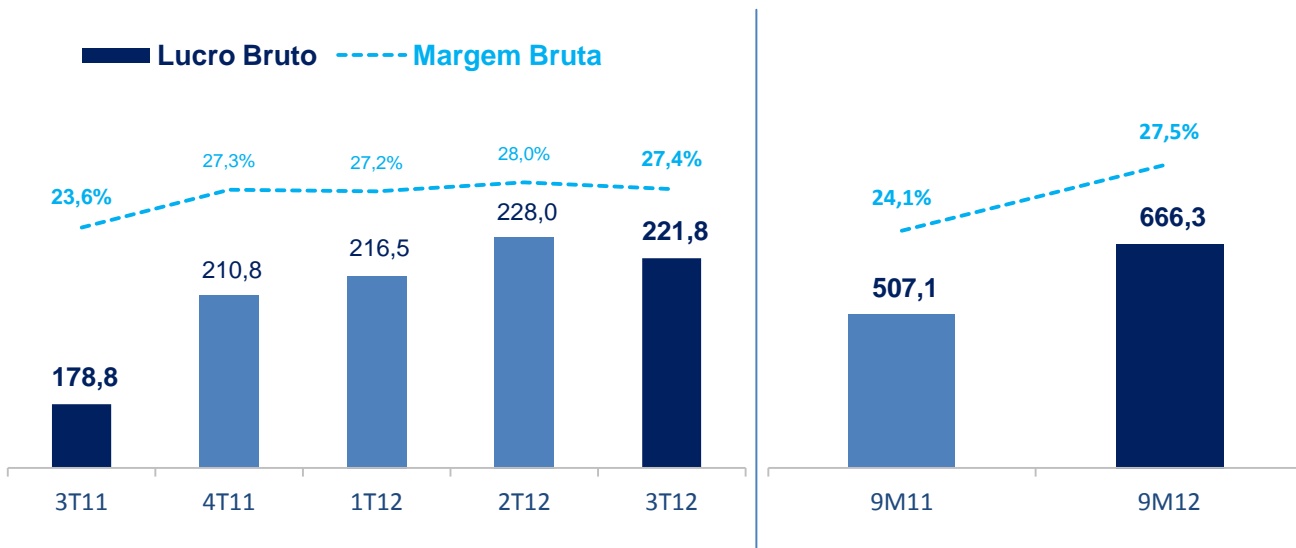
Tal redução corroborou em uma perda de receita da ordem de R\$ 70 milhões durante o 3T12, o que somado com os R\$ 50 milhões do 2T12, totalizam R\$ 120 milhões nos últimos seis meses, se considerássemos o ritmo normal de vendas dos trimestres anteriores à implementação e, prejudicou o crescimento de mesmas lojas, reduzindo o histórico de dois dígitos para 8,2% na base dos nove meses.

Vale ressaltar, que os problemas gerados pela implementação da nova linha são temporários e, que o nível de serviço de atendimento às lojas, que historicamente era de 98% a 99%, chegou em agosto ao nível de 65%. Contudo, ao longo do mês de outubro alcançamos 80% de atendimento e hoje estamos com nível de 90%. Nossa meta é de que até o final do ano estejamos com as duas linhas totalmente balanceadas, para que os ganhos de produtividade possam ocorrer.

Por fim, mais do que nunca, a dependência de um único Centro de Distribuição se mostrou um risco operacional. Desta forma, mesmo ciente que o pior já passou, continuamos avançando na obra do nosso segundo Centro de Distribuição, localizado na cidade de Hidrolândia-GO, cuja capacidade e automação será superior ao de Fortaleza trazendo melhores níveis de serviço e menores investimentos em capital de giro, além de contingência para nossa operação.

## Lucro Bruto e Margem Bruta

Nosso lucro bruto totalizou R\$ 221,8 milhões, expansão de 24% frente ao 3T11, com margem bruta de 27,4% incremento de 374 p.p frente ao 3T11, tendo sido influenciado pelo crescimento e maturação de nossas lojas, mudança na política de descontos em algumas regiões, à evolução da participação de não medicamentos e genéricos no *mix* de vendas, além de melhores condições comerciais junto aos nossos parceiros.



## Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A)

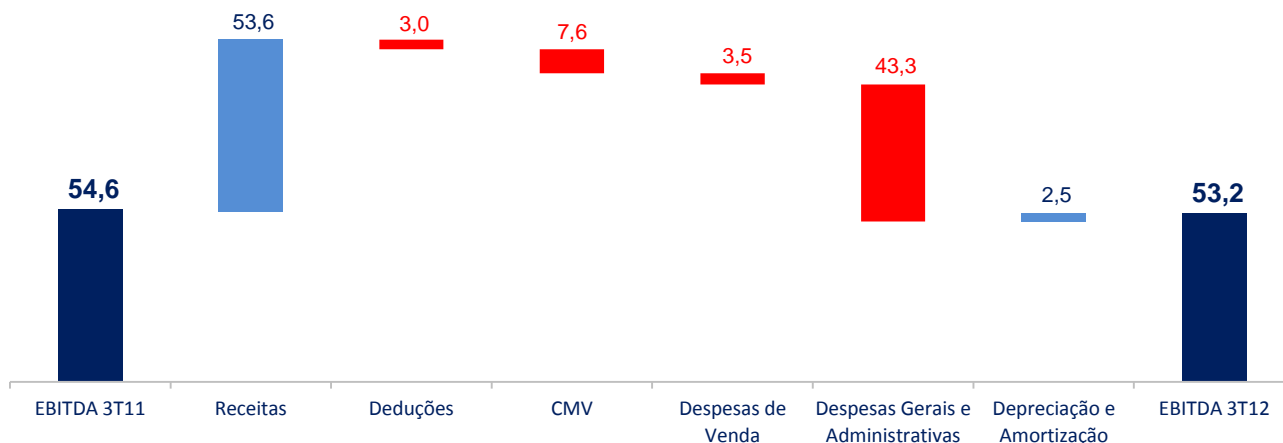
No 3T12, nosso SG&A apresentou incremento de 35,99% em relação ao 3T11, influenciado pela abertura de 96 lojas, reajustes de aluguéis e ainda, o acréscimo do aluguel de 130 lojas que eram próprias e foram alienadas, não gerando despesas de aluguel à época. Adicionalmente, o incremento das despesas com pessoal e despesas pré-operacionais do novo Centro de Distribuição. Percentualmente, nossas **Despesas com vendas**<sup>1</sup> aumentaram 29,71% frente ao 3T11. Por outro lado, as **Despesas Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 163,2 milhões, um incremento de 36,61% se comparado com as despesa do 3T11. O principal motivo de tal incremento foi a abertura das 96 novas lojas ao longo dos últimos doze meses, bem como as 50 lojas que se encontram em processo de abertura, pois tais despesas pesam frente a um faturamento ainda reduzido em decorrência do processo de maturação e/ou ainda em fase pré-operacional.



<sup>1</sup> A companhia classifica as despesas de loja (pessoal, aluguel, água, luz, telefone, dentre outras) como despesas gerais e administrativas e as despesas com frete são alocadas no Custo da Mercadoria Vendida (CMV).

## EBITDA e Margem EBITDA

Atingimos no 3T12 um EBITDA de R\$ 53,2 milhões ou queda de 2,39% em relação ao 3T11. No acumulado dos nove meses o crescimento foi de 16,87% atingindo um EBITDA de R\$ 186,0 milhões frente aos R\$ 159,1 milhões do ano anterior.

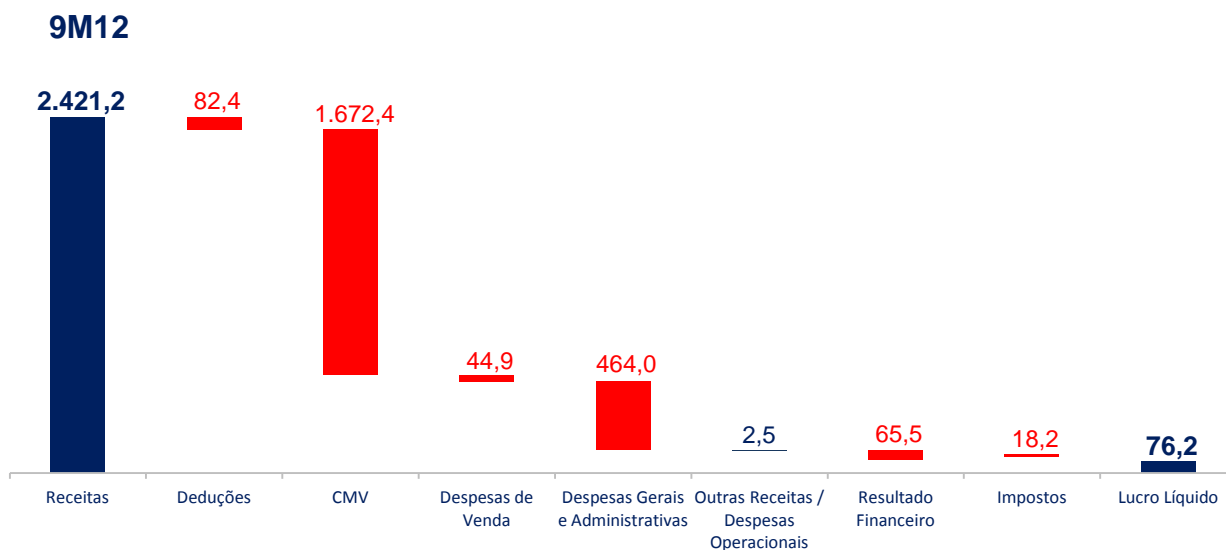


## Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido negativo atingiu R\$ 23,2 milhões, montante superior em 14,85% ao resultado financeiro do 3T11. O aumento das despesas financeiras deve-se à elevação do endividamento da companhia para fazer frente ao plano de expansão, provisionamento do juros das debêntures, além do efeito contábil e não caixa das operações de swap da companhia, mas em parte foi neutralizado pelo incremento das receitas financeiras provenientes da aplicação de parte dos recursos oriundos da emissão de debêntures.

## Lucro Líquido e Margem Líquida

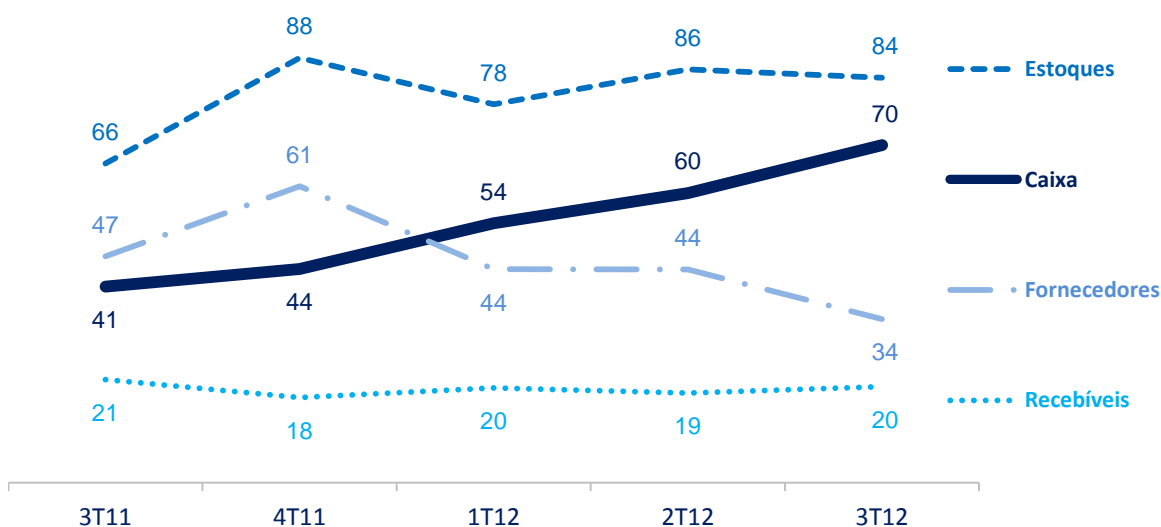
Atingimos um lucro líquido de R\$ 18,4 milhões no 3T12 e com uma margem líquida de 2,27%. No acumulado dos nove meses registramos um lucro líquido de R\$ 76,2 milhões ou 8,5% acima do lucro dos 9M11 e com margem de 3,15% nos 9M12.



## Ciclo de Caixa

No 3T12 registramos um incremento de 10 dias em nosso ciclo de caixa frente ao 2T12. Esta elevação deveu-se basicamente aos problemas operacionais do Centro de Distribuição, que penalizou nosso nível de serviço. Com o atraso no envio das mercadorias para as lojas mantivemos níveis de estoque além do desejado. Já o prazo de fornecedores, sofreu impacto pela redução pontual de nossas compras até a regularização dos níveis de serviços do Centro de Distribuição, além de algumas antecipações feitas junto aos fornecedores, que nos proporcionou ganhos financeiros, mas impactou na nossa conta de fornecedores. Acreditamos, que com a volta da normalidade e melhora da eficiência da operação do nosso Centro de Distribuição, deveremos voltar a patamares de ciclo de caixa de períodos anteriores.

### Ciclo de Caixa



## Mercado de Capitais

Durante o terceiro trimestre, ainda que os riscos de ruptura sistêmica tenham permanecido aparentemente sob controle, a elevada incerteza tornou o cenário global bastante desafiador. A atividade econômica mundial seguiu em desaceleração devido à insegurança dos desdobramentos da crise europeia, arrefecimento chinês e as dúvidas que rondam o orçamento norte-americano. A confluência desses fatores negativos pesou sobre a confiança global, impactando diretamente nas Ofertas Públicas Iniciais de Ações (IPO, na sigla em inglês) brasileiras, que ficaram à espera de dias melhores.

Diante desse contexto de deterioração das condições de Mercado, a Companhia e os Coordenadores da Oferta Pública Inicial de Ações da Empreendimentos Pague Menos S.A. decidiram rever o cronograma para uma data futura e apresentaram à CVM pedido de cancelamento do referido processo. A despeito da postergação, o plano de expansão da companhia segue robusto. As obras do novo Centro de Distribuição, em Hidrolândia (GO), encontram-se avançadas e o ritmo pujante de abertura de novas lojas continua.

## Audidores Independentes

A KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria ou diretamente relacionados à auditoria nos exercícios apresentados. Neste sentido a política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes.

As informações não financeiras da Pague Menos, bem como às expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## Declaração da Diretoria

Os diretores de Empreendimentos Pague Menos S.A. declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2012 e período comparativo.

Fortaleza, 14 de novembro de 2012.

**A Administração**

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

#### 1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

#### 2 Base de preparação

##### a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM, estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

##### b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as informações contábeis intermediárias do correspondente período anterior e com as demonstrações financeiras do exercício findo em de 31 de dezembro de 2011, publicadas em 30 de junho de 2012.

##### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

##### d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

## Notas Explicativas

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 17 - Contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil.
- Nota 17 - Classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Utilização de prejuízos fiscais.
- Nota 19 - Provisões e contingências.
- Nota 26 - Mensuração de instrumentos financeiros.

### 3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

#### a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do período, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### b. Instrumentos financeiros

##### i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

##### *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

##### *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

## Notas Explicativas

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no período da atividade de correspondente bancário, em média nos dois últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

## **ii. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

## **iii. Capital social**

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio.

## **iv. Instrumentos financeiros derivativos**

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

## Notas Explicativas

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

### c. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

### d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### e. Imobilizado

#### i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha conseqüente aumento na despesa de depreciação nos períodos futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

#### ii. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento.

#### iii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do

## Notas Explicativas

período em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### iv. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa 12, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do período financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias ponderadas em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estimadas são as seguintes:

	<b>Taxa média</b>
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

### f. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

### i. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

### ii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos.
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

### g. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiros.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados

## Notas Explicativas

como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

### **h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

#### **i. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### **ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

#### **i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### **j. Benefícios a empregados**

## Notas Explicativas

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### k. Receita operacional

#### i. *Venda de mercadorias*

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

#### ii. *Comissão sobre serviços de correspondente bancário*

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

#### iii. *Receita de aluguel*

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

### l. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### n. Imposto de renda e contribuição social

#### iv. *Impostos correntes*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

## Notas Explicativas

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

### v. **Impostos diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos.

### o. **Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários**

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

### p. **Segmentos de negócios**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

### q. **Informações intermediárias do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

### r. **Determinação do ajuste a valor presente**

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- **Contas a pagar a fornecedores**

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflète

## Notas Explicativas

o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

### s. **Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o semestre encerrado em 30 de setembro de 2012, sendo essas:

Novos Standards, emendas aos Standards e interpretações são efetivos para os exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2012 e não foram aplicados na preparação destas informações contábeis intermediárias. É esperado que nenhum desses novos Standards tenha efeito material sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia, exceto pelo IFRS 9 - *Financial Instruments*, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia, e pelas IFRS 10 e IFRS 11. A Companhia não espera adotar tais standards antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRS acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

## Notas Explicativas

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	17.372	18.453
Aplicações financeiras de curto prazo	<u>42.341</u>	<u>856</u>
	<u>59.713</u>	<u>19.309</u>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão destinadas à negociação imediata nas operações da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreados a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras decorrente da emissão de Debêntures descrita na nota explicativa 16, representa R\$ 41.471 em 30 de setembro de 2012. O resgate antecipado dessas aplicações não ocasiona perdas financeiras para a Companhia.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

### 5 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias.

Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 10.390 e R\$ 9.602 em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário.

Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 14.398, sendo R\$ 13.340 junto a terceiros e R\$ 1.058 junto a partes relacionadas em 30 de setembro de 2012 e R\$ 17.668, sendo R\$ 17.301 junto a terceiros e R\$ 367 junto a partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2011.

### 6 Outros investimentos

	2012	2011
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>2.243</u>	<u>2.157</u>
Circulante	<u>494</u>	<u>515</u>
Não circulante	<u>1.749</u>	<u>1.642</u>

## Notas Explicativas

Aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos para negociação, no ativo circulante.

Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, no valor de R\$ 1.749, estão atrelados a uma obrigatoriedade de um financiamento, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a ser encerrado em 2 de abril de 2015.

## 7 Contas a receber de clientes

### Composição da conta

	2012	2011
Cartões de crédito a receber	166.378	139.732
Convênios a receber	11.855	8.697
Comissões a receber	871	3.095
Perdas por redução no valor recuperável	-	( 104)
	<u>179.104</u>	<u>151.420</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 26.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia cujo os detalhes encontram-se divulgados nas Nota Explicativas 15 e 16.

### Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente entre 18 e 20 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

### Perdas por redução no valor recuperável (impairment)

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa vinha sendo reconhecida. No entanto, foi necessário realizar uma provisão de R\$ 104 no exercício de 2011, em decorrência do decreto presidencial do Banco Central da interdição em 15 de setembro de 2011 da Oboé Tecnologia e Serviços Financeiros S.A. (Oboé Card). Mesmo com este efeito considerado extraordinário, a Administração entende que não há risco de crédito em sua carteira de cliente, uma vez que nas transações com administradoras de cartão, o risco de crédito é transferido.

## 8 Estoques

### Composição da conta

	2012	2011
Mercadorias de revenda nas lojas	329.643	298.572
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	190.945	224.216
Materiais para uso e consumo	795	494
	<u>521.383</u>	<u>523.282</u>

## Notas Explicativas

### Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no ano, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa média de 9,67% a.a. e 12,03% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa 14). O efeito do AVP foi de R\$ 8.366 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 10.147 em 31 de dezembro de 2011), apresentado líquido no saldo de estoque.

### Provisão para obsolescência de estoque (impairment)

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia, portanto, possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

## 9 Impostos e contribuições a recuperar

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	1.015	-	545	-
IRPJ (b)	1.978	-	118	-
CSLL (c)	705	-	273	-
COFINS (c)	211	4.582	677	4.297
PIS (c)	46	818	148	767
Outros	477	999	-	942
	<u>4.432</u>	<u>6.399</u>	<u>1.761</u>	<u>6.006</u>

- (a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Pague Menos, localizada no Estado do Ceará.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis nºs. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

## 10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de períodos anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o período pela Companhia.

Origem dos créditos fiscais diferidos	2012	2011
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	14.556	18.914
Diferenças temporárias (c)	1.309	1.617
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	<u>(1.369)</u>	<u>(290)</u>

**Notas Explicativas**

<b>Origem dos créditos fiscais diferidos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Total	14.496	20.241
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	21.283	24.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	(6.787)	(4.514)
<b>Efeito líquido</b>	14.496	20.241

**a. Conciliação das despesas e receitas de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	94.420	87.013
Alíquota fiscal combinada [D]	34%	34%
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	32.103	29.584
<b>Adições permanentes: [B]</b>	3.601	4.901
Multas não dedutíveis	39	157
Resultado na venda de imóveis(reavaliação)	-	4.459
Outras adições permanentes	3.562	285
<b>Exclusões permanentes: [C]</b>	44.418	42.532
ICMS sobre operações interestaduais	43.797	40.174
Outras exclusões permanentes	621	2.358
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do período após adições/exclusões [A] + [B] – [C] X [D] = [E]</b>	18.225	16.789
Alíquota efetiva [E]/[A]	19%	19%

**b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de contribuição social (CSLL) a compensar**

As variações verificadas no semestre findo em 30 de setembro de 2012 e exercício findo 31 de dezembro de 2011 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social.

A movimentação dos saldos existentes de 31 de dezembro de 2011 a 30 de setembro de 2012 pode assim ser demonstrada:

	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	23.733	2.540	26.273
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(5.819)	(2.095)	(7.914)
Reversão de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC	408	147	555
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	18.322	592	18.914
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(3.766)	(592)	(4.358)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	14.556	-	14.556

**c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC**

	<b>Saldo em</b>	<b>Reconhecidos</b>	<b>Saldo em</b>	<b>Reconhecidos</b>	<b>Saldo em</b>
	<b>01/01/11</b>	<b>no resultado</b>	<b>31/12/11</b>	<b>no resultado</b>	<b>30/09/12</b>

**Notas Explicativas**

Custo atribuído	(575)	369	(206)	36	(170)
Capitalização dos juros	(644)	(37)	(681)	(147)	(828)
Ajuste a valor de mercado	-	748	748	(675)	73
Custos com <i>IPO</i>	-	(725)	(725)	(610)	(1.335)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	35	35	(35)	-
Outras provisões	<u>1.757</u>	<u>399</u>	<u>2.156</u>	<u>44</u>	<u>2.200</u>
Total	<u>538</u>	<u>789</u>	<u>1.327</u>	<u>(1.387)</u>	<u>(60)</u>

**d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos**

	2012	2011
Custo atribuído	(170)	(206)
Capitalização dos juros	(828)	(681)
Provisão para contingências	1.309	1.581
Ajuste a valor presente	891	575
Ajuste a valor de mercado	73	748
Custos com <i>IPO</i>	(1.335)	(725)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	35
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	<u>14.556</u>	<u>18.914</u>
Total	<u>14.496</u>	<u>20.241</u>
Ativo	<u>21.283</u>	<u>24.755</u>
Passivo	<u>(6.787)</u>	<u>(4.514)</u>

**e. Expectativa de realização**

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	R\$
2012	7.344
2013	<u>7.212</u>
	<u>14.556</u>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do período.

**11 Partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

**a. Composição da conta**

Partes relacionadas	Natureza da operação	2012		2011	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Adiantamento a terceiros</b>					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	Compra de medicamentos	273	-	261	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	<u>178</u>	-	<u>172</u>	-
		451		433	

**Notas Explicativas**

	Natureza da operação	2012		2011	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Partes relacionadas</b>					
<b>Outros créditos</b>					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (f)	Serviços de corretagem	<u>49</u>	-	<u>40</u>	-
<b>Adiantamentos</b>					
Renda Participações S.A. (b)	Adiantamentos	9.706	-	5.572	-
Dupar Participações S.A. (c)	Adiantamentos	119.612	-	80.307	-
Francisco Deusmar de Queirós (i)	Adiantamentos	150	-	4.073	-
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda (h)	Adiantamentos	3.669	-	-	-
Mario Henrique Alves de Queirós (j)	Adiantamentos	-	-	-	<u>119</u>
		<u>133.137</u>	-	<u>89.952</u>	119
<b>Fornecedores</b>					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (d)	Prestação de serviços gráficos	-	8	-	-
PH Segurança Ltda. (g)	Serviços de segurança	-	-	-	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (k)	Adiantamentos	-	-	-	-
<b>Arrecadação de recursos de terceiros</b>					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (j)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	<u>180</u>	-	<u>367</u>
<b>Outras contas a pagar</b>					
Renda Participações S.A. (b)	Aluguéis	-	324	-	302
Dupar Participações S.A. (c)	Aluguéis	-	-	-	<u>1.481</u>
			324	-	1.783
<b>Juros sobre capital próprio</b>					
Acionistas	JSCP	-	<u>122</u>	-	<u>9.607</u>
<b>Total</b>		<u>133.637</u>	<u>634</u>	<u>90.425</u>	<u>11.876</u>
<b>Circulante</b>		500	634	473	11.757
<b>Não circulante</b>		133.137	-	89.952	119

- (a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

Ao longo do período findo em 30 de setembro de 2012 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados são, basicamente, decorrentes de compras, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- (b) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Pague Menos (locatária) e sua parte relacionada. Em 30 de setembro de 2012, existem 11 imóveis em locação impactando o resultado em R\$ 2.331 durante o período de 2012 (R\$ 2.662 durante o período de 2011). O saldo de aluguéis a pagar em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 324 (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2011).

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A, e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa 17.

- (c) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis, a Companhia vendeu os 45 imóveis de não uso e 130 imóveis de uso na atividade operacional, para a sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., resultando no saldo a receber de R\$ 49.584 com vencimento previsto para 15 de novembro de 2011.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012 existem 202 contratos de imóveis (31 de dezembro de 2011 existiam 152 contratos de imóveis) de propriedade da Dupar e alugados pela Pague Menos (locatária). O valor mínimo dos aluguéis dos imóveis é de R\$ 5 atualizado anualmente pelo IGP-M ou 2% do faturamento da respectiva loja, dos dois o maior. O impacto no resultado de 2012 foi de R\$ 14.818 (não houve impacto nos nove meses de 2011 devido ao período de carência). Não há saldo de aluguéis a pagar em 30 de setembro de 2012 o valor foi compensado com o saldo remanescente a receber desta parte relacionada (R\$ 1.481 em 31 de dezembro de 2011).

No decorrer dos nove meses de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 39.305 (R\$ 12.740 nos nove meses de 2011) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Pague Menos. O saldo com esta parte relacionada poderá ser liquidado através das operações de aluguéis acima comentadas por compensação.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa 17.

As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. serão liquidadas através de encontro de contas com despesas de aluguel; de forma similar, despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo.

- (d) Midigraf Serviços Digitais Ltda. – Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório.

Em 30 de setembro de 2012, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 229 (R\$ 173 em 2011).

- (e) Gráfica Boa Letra Ltda. – Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda.

No decorrer do período de 2012 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 6 (R\$ 36 em 2011).

- (f) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. – Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

No decorrer do período de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 9 (R\$ 14 em 2011).

- (g) PH Segurança Ltda. – Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial.

Não há saldo em aberto com esta parte relacionada em 30 de setembro de 2012. O valor dos serviços contratados que impactaram o resultado em 2012 foi de R\$ 1.087 (R\$ 709 em 2011).

- (h) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2012 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 3.705 no passivo (R\$ 3.688 em 2011). E no ativo, até 30 de setembro de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 3.669 proveniente de reclassificação.

- (i) Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 70% de controle do capital societário.

Nos nove meses de 2012, foi transacionado no ativo o montante líquido de R\$ 3.923 (R\$ 4.338 em 2011) de transações de

## Notas Explicativas

adiantamentos entre esta parte relacionada e a Pague Menos.

- (j) Mario Henrique Alves de Queirós – Acionista da Empreendimentos Pague Menos S.A. com 4% de controle do capital societário.  
Em 2011, foi transacionado no passivo o montante líquido de R\$ 119 de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Pague Menos. O saldo com esta parte relacionada foi encerrado em 30 de junho de 2012.
- (k) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Em 2012 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 1.374 no passivo (R\$ 797 em 2011). Não há saldo em aberto com esta parte relacionada em 30 de setembro de 2012.

As operações de adiantamentos entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações (juros e atualização monetária) e não possuem prazos de vencimentos. Nenhum dos saldos possui garantia. A Administração entende que os valores transacionados com suas partes relacionadas não seriam diferentes se transacionados com terceiros.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no período:

- Giss do Brasil S.A.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Edson de Arruda Câmara Junior ME.;
- Praxis Consultoria Ltda; e
- Ponte & Caminha Consultoria Ltda.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 790, no período findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 310 em 30 de setembro de 2011) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo.

A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

O valor de R\$ 15.671 que se refere ao pagamento de Dividendos adicionais propostos provisionados nas Demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa haja visto que este valor foi compensando com saldo a receber de partes relacionadas.

### b. Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas prestam fiança, aval ou garantia em contratos conforme segue:

**Notas Explicativas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Saldo existente</b>
<b>Francisco Deusmar de Queirós</b>	<b>45.053</b>
Aval	8.611
Fiança	32.651
Garantidor	3.791
<b>Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge</b>	<b>463</b>
Aval	463
<b>Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge/ Josué Ubiranilson Alves e cônjuge</b>	<b>1.424</b>
Aval	876
Fiança	548

A parte relacionada Dupar Participações S.A. ainda é garantidora da Pague Menos em um contratos de financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato no. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 15 e fiadora no contrato junto ao Banco Santander Bancário nº 640884223, 300183410, Compror nº 300500210 e nº 300426212 . apresentado na Nota Explicativa 15.

A parte relacionada Renda Participações S.A. ainda é garantidora da Pague Menos em um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste referente ao contrato nº. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 15.

## Notas Explicativas

## 12 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Importações em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Custo</b>													
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>	23.377	37.664	16.682	38.111	9.390	14.873	7.317	3.732	-	19.616	11.180	-	181.942
Adições	-	3.466	31.304	25.421	3.418	3.145	4.050	337	218	3.885	1.697	5.622	82.563
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	1.709	91	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800
Transferências	21.364	(41.130)	(40.409)	53.100	-	-	-	-	12.877	-	(12.877)	-	(7.075)
Baixas	(44.741)	-	-	-	-	-	-	(370)	-	-	-	-	(45.111)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	9.286	116.723	12.808	18.018	11.367	3.699	13.095	23.501	-	5.622	214.119
Adições	-	-	19.433	24.966	2.210	8.720	2.447	529	-	5.394	-	22.222	85.921
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	768	-	-	-	-	-	-	-	-	-	768
Transferências	-	-	(8.277)	8.254	(9)	655	8	-	-	(651)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(158)	-	-	-	-	(158)
<b>Em 30 de setembro de 2012</b>	-	-	20.442	150.711	15.009	27.393	13.822	4.070	13.095	28.264	-	27.844	300.650
<b>Depreciação</b>													
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2011</b>	-	(6.627)	-	(21.768)	(4.577)	(3.832)	(1.798)	(2.191)	-	(9.822)	-	-	(50.615)
Depreciação no período	-	(627)	-	(11.478)	(913)	(1.605)	(920)	(598)	(724)	(3.234)	-	-	(20.099)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(13)	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(20)	-	(187)	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)
Transferências	-	7.075	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.075
Estornos	-	212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	353	-	-	-	-	353
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	-	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)	(2.436)	(724)	(13.056)	-	-	(63.362)
Depreciação no período	-	-	-	(17.301)	(834)	(1.646)	(899)	(339)	(655)	(2.512)	-	-	(24.186)
Custo atribuído (CPC 27)	-	-	-	(103)	-	-	-	-	-	-	-	-	(103)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	(335)	-	-	-	-	-	-	-	-	(335)
Transferências	-	-	-	5	3	(131)	(3)	-	-	126	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	142	-	-	-	-	142
<b>Em 30 de setembro de 2012</b>	-	-	-	(51.235)	(6.321)	(7.214)	(3.620)	(2.633)	(1.379)	(15.442)	-	-	(87.844)
<b>Valor contábil</b>													
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	-	-	9.286	83.222	7.318	12.581	8.649	1.263	12.371	10.445	-	5.622	150.757
<b>Em 30 de setembro de 2012</b>	-	-	20.442	99.476	8.688	20.179	10.202	1.437	11.716	12.822	-	27.844	212.806

## Notas Explicativas

As adições no imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis entre a Pague Menos e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., foram vendidos, pelo valor contábil, os 130 imóveis de uso na atividade operacional, os quais totalizavam R\$ 44.741. Estes imóveis vendidos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, não contemplam os 45 imóveis igualmente vendidos à Dupar Participações S.A. e, anteriormente, registrados como Propriedades para investimentos. Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 52.468 até 30 de setembro de 2012. O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

### a. Custo atribuído

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No período findo em 30 de setembro de 2012, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 103 (R\$ 47 em 30 de setembro de 2011). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

### b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 50 lojas e 1 centro de distribuição em 30 de setembro de 2012 (36 lojas em 31 de dezembro de 2011). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 20.442 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 9.286 em 31 de dezembro de 2011). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 768 nos nove meses de 2012 (R\$ 1.416 nos nove meses de 2011). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 9,67% a 12,03% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

### c. Provisão para redução no valor recuperável (impairment)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativo.

## Notas Explicativas

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

### 13 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Total
	Marcas e patentes	Fundo de comércio ( <i>Key money</i> )	Softwares	Desenvolvimento de <i>websites</i>	
<b>Custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2011	4.181	1.452	1.538	-	7.171
Adições	<u>14</u>	<u>4.100</u>	<u>3.010</u>	<u>36</u>	<u>7.160</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>5.552</u>	<u>4.548</u>	<u>36</u>	<u>14.331</u>
Adições	-	<u>2.820</u>	<u>1.824</u>	<u>5</u>	<u>4.649</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>8.372</u>	<u>6.372</u>	<u>41</u>	<u>18.980</u>
<b>Amortização</b>					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	( 254)	(364)	-	(618)
Amortização	-	<u>(456)</u>	<u>(484)</u>	-	<u>(940)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	<u>(710)</u>	<u>(848)</u>	-	<u>(1.558)</u>
Amortização	-	<u>(603)</u>	<u>(857)</u>	-	<u>(1.460)</u>
Saldo em 30 de setembro de 2012	-	<u>(1.313)</u>	<u>(1.705)</u>	-	<u>(3.018)</u>
<b>Valor contábil</b>					
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>4.842</u>	<u>3.700</u>	<u>36</u>	<u>12.773</u>
Em 30 de setembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>7.059</u>	<u>4.667</u>	<u>41</u>	<u>15.962</u>

(\*) A amortização do fundo de comércio (*Key money*) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

#### Fundo de comércio (*Key money*)

Fundo de comércio (*Key money*) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

#### Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a

## Notas Explicativas

Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

### Desenvolvimento de websites

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

### Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado.
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

## 14 Fornecedores

### a. Composição da conta

	2012	2011
Fornecedores	344.896	422.101
(-) Crédito por devoluções	<u>(133.595)</u>	<u>(56.955)</u>
	<u>211.301</u>	<u>365.146</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 5.152 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 9.552 em 31 de dezembro de 2011), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 9,67% a.a. (12,03% a.a. em 31 de dezembro de 2011), considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 88 dias, sendo este critério uniforme para o período de 2012 e exercício de 2011.

## Notas Explicativas

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (*WACC – Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia na data-base de 30 de setembro de 2012, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia *CAPM - Capital Asset Pricing Model* a qual considera a taxa livre de risco.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

### b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	2012	2011
<b>A vencer</b>		
1 a 30 dias	163.952	179.919
31 a 60 dias	83.723	109.491
61 a 90 dias	37.728	38.230
Acima de 91 dias	53.955	24.367
Subtotal	339.358	352.007
<b>Títulos contra-apresentação</b>	10.690	79.646
Total	350.048	431.653

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

### c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	2012		2011	
<b>Fornecedores</b>				
Maior fornecedor	48.057	14%	20.011	5%
2° ao 25°	177.727	51%	204.568	47%
26° ao 50°	45.949	13%	84.281	20%
Outros fornecedores	78.315	22%	122.793	28%
Total	350.048	100%	431.653	100%

## 15 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa 26 – Instrumentos financeiros.

### a. Composição da conta

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2012	2011
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2,5% a.a.	43.553	170.728
Banco do Brasil	Capital de giro	-	4,7% a 8,7% a.a.	3.752	1.947
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a.a.	791	1.238

**Notas Explicativas**

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2012	2011
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a.a.	1.064	1.419
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de giro	-	10% a.a.	8.761	11.306
HSBC	Capital de giro	-	13,35% a.a.	1.301	6.595
Safra	Capital de giro	-	16,35% a.a.	-	288
Safra	Capital de giro	CDI	2,42% a 2,67% a.a.	-	3.018
Citi	Capital de giro - <i>swap</i>	USD/CDI	2,52% a.a.	-	3.738
Santander Real	Capital de giro - <i>swap</i>	Taxa fixa/CDI	2,4% a.a.	-	10.406
Santander Real	Compror	CDI	1,68% a 1,98% a.a.	13.135	779
Santander Real	Capital de giro	CDI	2,4% a.a.	35.652	8.407
Itaú	Capital de giro - <i>swap</i>	USD/CDI	2,2% a 2,3% a.a.	68.803	27.274
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 3,66% a.a.	87.951	31.139
Itaú	Garantida	CDI		4.881	4.897
<b>Total de financiamentos e empréstimos</b>				<b>269.644</b>	<b>283.179</b>
Circulante				<u>95.353</u>	<u>155.499</u>
Não circulante				<u>174.291</u>	<u>127.680</u>

A Companhia não possui linhas de crédito obtidas e não utilizadas. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

Com o recursos provenientes da emissão de debêntures pela Companhia (ver Nota Explicativa 16), foram liquidados as operações com o Banco do Brasil Nos. 160400996, 160401401, 160400989, 160401249 e 160401032 respectivamente nos montantes de R\$ 95.527, R\$ 19.030, R\$ 5.337, R\$ 7.336 e R\$ 6.341.

**b. Por moeda**

	2012	2011
Em moeda nacional – (R\$)	200.841	252.168
Em moeda estrangeira, dólar – (R\$)	<u>68.803</u>	<u>31.011</u>
Total	<u>269.644</u>	<u>283.179</u>

**c. Cronograma de desembolso**

	2012	2011
<b>Vencimentos</b>		
2012 (3 meses)	18.739	155.499
2013 (9 meses)	76.614	-
2013 (3 meses)	13.738	81.071
2014	126.435	44.653
2015	33.238	1.530
Acima de 2015	<u>880</u>	<u>426</u>
Total	<u>269.644</u>	<u>283.179</u>

**d. Garantias**

Em garantia ao financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato n°. 16.2008.12524.2938, foram oferecidos

## Notas Explicativas

os imóveis a seguir mencionados de propriedade de suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. e Renda Participações S.A. Esse contrato contempla uma cláusula de obrigatoriedade de constituição de um Fundo de liquidez, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato, que se encerra em 2 de abril de 2015. Em 30 de setembro de 2012, o saldo do Fundo de liquidez perfaz o montante de R\$ 1.749 registrado no grupo de Outros investimentos, no ativo circulante, conforme Nota Explicativa 6.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis em 30 de setembro de 2012:

Proprietário	Bens em garantia	Número de matrícula	Data de matrícula	Valor
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações S.A.	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, s/n	29.572	18/09/2008	780
Dupar Participações S.A.	Rua Juvêncio Barroso, s/n	462	25/01/2008	878
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, s/n	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	<u>1.480</u>

### Total de imóveis

27.504

A Companhia não possui os imóveis relacionados acima sob sua propriedade (vide Notas Explicativas 11 e 12). Conforme contrato de compra e venda com sua parte relacionada Dupar Participações S.A., quando da transferência da propriedade dos bens para sua parte relacionada, esta passou a ser a fiadora desta garantia para a Pague Menos, sem a cobrança de valores.

Para os financiamentos FINAME e FINAME Empresarial PSI do Banco do Brasil S.A., foram garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados e fianças dos Srs. Deusmar Queirós e Josué Ubiranilson e cônjuges.

Para os empréstimos do Banco do Brasil S.A. referente à operação 160400996 foram oferecidas garantias de Cessão de Direitos Creditórios – Faturas VISANET.

Os avais e fianças previstos nos contratos de empréstimos e financiamentos foram relacionados na Nota Explicativa 11.

### e. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de *covenants* operacionais, em alguns contratos de dívida. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

## 16 Debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de Debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

### a. Composição da conta

2012		2011	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

**Notas Explicativas**

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Principal e encargos	8.167	258.511	-	-

**b. Movimentação da conta**

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ingressos	-	260.000	260.000
Custo de captação	(520)	(1.489)	(2.009)
Realização do Custo de captação	186	-	186
Encargos	<u>8.501</u>	<u>-</u>	<u>8.501</u>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<u>8.167</u>	<u>258.511</u>	<u>266.678</u>

**c. Características da 1ª emissão de Debêntures**

Número da emissão:	1ª emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/05/2012
Data de vencimento:	18/05/2016
Quantidade:	26 mil debentures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 260.000
Espécie:	Quirografária
Tipo e forma:	Escritural e nominative
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,19% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carencia.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.
Amortização programada da remuneração:	18 de novembro de 2012, 18 de maio de 2013, 18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.

**d. Garantias**

## Notas Explicativas

### *Garantia real*

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da Debênture.

### *Garantia fidejussória*

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

#### e. Cláusulas restritivas

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debentures.

## 17 Arrendamentos mercantis

#### a. Operacionais

### *Arrendamentos como arrendatário*

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2012	16.789
2013	60.721
2014	49.756
2015	36.834
2016	24.971
Após 2016	<u>40.223</u>
	<u>229.294</u>
Terceiros	185.100
Partes relacionadas	<u>44.194</u>
Total	229.294

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía 643 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis de lojas, contratados junto a terceiros (425 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. (202 contratos) e Renda Participações S.A. (16 contratos). Parte destes contratos referem-se à 387 lojas alugadas de terceiros, 157 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 11 lojas alugadas da Renda Participações S.A todas já em funcionamento. E ainda, 1 centro de distribuição alugado da Dupar Participações S.A também em funcionamento.

Esses arrendamentos têm prazo de duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato, com exceção para a parte relacionada, Dupar Participações S.A., para a qual foi

## Notas Explicativas

considerado o valor fixo dos imóveis de R\$ 5 (ver explicação do cálculo de aluguéis na Nota Explicativa 11).

Para os contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Em 30 de junho de 2011 foram vendidos 130 terrenos em uso, conforme contrato de compra e venda de imóveis entre a Companhia e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., sobre os quais a Companhia detém 129 lojas de sua propriedade submetidas a contratos de aluguel junto à arrendadora, Dupar Participações S.A., cujos pagamentos têm vigência a partir de 1º de outubro de 2011, após o período de carência de três meses previsto em cláusula de contrato de aluguel entre as partes. A projeção acima demonstrada contempla os montantes destes aluguéis.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado dos nove meses de 2012 o montante de R\$ 56.207, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 31.827 em 2011).

Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 2.720 foi reconhecido como despesa de manutenção nos nove meses de 2012, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 4.773 em 2011).

### b. Financeiros

A Companhia possui ativos no montante de R\$ 1.356, composto de veículos e computadores obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após esse período. Não há saldo de arrendamento financeiro em 30 de setembro de 2012 (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2011).

## 18 Impostos e contribuições a recolher

	2012	2011
ICMS	29.289	26.399
IRPJ - Imposto de renda	-	2.551
CSLL - Contribuição social	-	918
Retenções de PIS e COFINS	69	69
IRRF	-	1.124
ISS	306	58
INSS	7.637	5.916
FGTS	1.705	1.894
Contribuição sindical - Empregados	158	58
Outros impostos contribuições a recolher	<u>975</u>	-
	<u>40.139</u>	<u>38.987</u>

A Companhia atua em diversos Estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada Estado em que opera.

## 19 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

## Notas Explicativas

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No período findo em 30 de setembro de 2012 e exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

### a. Composição da conta

	2012	2011
Administrativas	10	71
Cíveis	781	507
Trabalhistas	2.660	3.629
Tributárias	<u>400</u>	<u>445</u>
	<u>3.851</u>	<u>4.652</u>

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 6.493 e R\$ 6.224, respectivamente.

### b. Movimentação dos processos no exercício/período

2011	Saldo inicial 01/01/11	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 31/12/11
Administrativas	71	-	-	-	71
Cíveis	690	535	(718)	-	507
Trabalhistas	4.321	2.757	(3.204)	(245)	3.629
Tributárias	<u>85</u>	<u>360</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>445</u>
	<u>5.167</u>	<u>3.652</u>	<u>(3.922)</u>	<u>(245)</u>	<u>4.652</u>
2012	Saldo inicial 31/12/11	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Saldo final 30/09/12
Administrativas	71	52	(113)	-	10
Cíveis	507	575	(301)	-	781
Trabalhistas	3.629	1.551	(1.601)	(919)	2.660
Tributárias	<u>445</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>400</u>
	<u>4.652</u>	<u>2.178</u>	<u>(2.060)</u>	<u>(919)</u>	<u>3.851</u>

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 4 de janeiro de

## Notas Explicativas

2007, era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 1º de março de 2011, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social.

Em 21 de junho de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 18 de junho de 2012, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de 2 (duas) para 1 (uma). Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 2 (ações) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social, passando o capital da Companhia ser representado por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda em 18 de junho de 2012, na mesma reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovada por unanimidade o aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 80.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 300.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 220.000 (em 31 de dezembro de 2011, representado por 150.000 mil ações, perfazendo um montante total de R\$ 140.000).

### b. Reservas de lucros

#### *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Do resultado do exercício de 2010, o montante de R\$ 3.649 foi destinado para a constituição da reserva legal, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

Para o exercício de 2011, o montante de R\$ 5.455 foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo de reserva legal é de R\$ 10.633.

#### *Reserva de incentivo fiscal*

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa 22 - Subvenção governamental.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2010, o montante de R\$ 90.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

A reserva de incentivo fiscal vem sendo constituída a partir de 2009, visto que, no exercício de 2008, ocorreu um prejuízo. Em 2008, 2009, 2010 e 2011, foram apurados os montantes de R\$ 32.672, R\$ 39.255, R\$ 43.888 e R\$ 54.744. Do saldo acumulado em 2009, foram destinados apenas R\$ 25.993 do saldo remanescente dos Lucros/Prejuízos. No exercício de 2010, foram destinados para a reserva de incentivo fiscal o valor de R\$ 43.888 referente ao exercício corrente e ainda R\$ 20.744 correspondentes ao saldo remanescente dos exercícios anteriores.

E por fim, em 2011, foram destinados R\$ 79.934, sendo que R\$ 54.744 apurados no ano corrente e R\$ 25.190 de saldos remanescentes dos exercícios anteriores. Desta forma, o saldo de reserva de incentivos fiscais foi completamente destinado.

## Notas Explicativas

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2011, o montante de R\$ 80.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de junho de 2012.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de Lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

O montante de realização no período de 2012 foi de R\$ 67 (R\$ 694 em 2011).

### d. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

Os dividendos referentes aos exercícios de 2011 e 2010 foram pagos em forma de Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2011, foi de R\$ 8.748 (R\$ 4.726 em 2010).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

Conforme proposta da Diretoria, os acionistas deliberaram, por unanimidade, pela não distribuição de dividendos no montante mínimo definido no nosso estatuto social no momento de encerramento das informações contábeis intermediárias dos exercícios de 2010, 2009 e 2008. O dividendo foi limitado à forma de Juros sobre Capital Próprio pelo fato dos acionistas priorizarem reinvestir os valores na Companhia e possibilitar que a mesma tenha recursos para auxiliar o seu expressivo plano de expansão. Aliado a isto, os acionistas tencionaram buscar a melhora do índice de endividamento e formação de colchão de liquidez para possíveis momentos econômicos adversos.

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) no exercício corrente de 2011. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2011</b>
Lucro líquido do exercício	109.091
(-) Reserva legal	(5.455)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(79.934)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	23.702
Dividendos mínimos obrigatórios	25%
<b>Dividendo anual mínimo</b>	<b>5.925</b>
<b>Juros sobre capital próprio calculado em 2011</b>	<b>8.748</b>

## Notas Explicativas

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, o qual foi distribuído sob forma de Juros sobre capital próprio, declarada pela Administração após o exercício a que se referem as informações contábeis intermediárias, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas informações contábeis intermediárias, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares ser divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2011, o valor de R\$ 15.671 excedente ao Juros sobre capital próprio foi registrado no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”.

Não houve dividendos distribuídos antecipadamente para o período de 2012.

## 21 Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa 20 - Patrimônio líquido, em 18 de junho de 2012 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 2 cada (de 150.000.000 para 300.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os exercícios apresentados retrospectivamente, mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas informações contábeis intermediárias. Portanto, o lucro por ação referente ao exercício comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

### Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o período findo em 30 de setembro de 2011, conforme o quadro abaixo:

#### Média ponderada de ações (em milhares de ações)

	2012	Período (dias)
Saldo em 1º de janeiro de 2012	150.000	168
Desdobramento de ações em 18 de junho 2012	300.000	102
Média ponderada das ações em 30 de setembro de 2012	206.667	270
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Lucro atribuível aos acionistas	76.195	70.224
Quantidade média ponderada de ações durante o período (lote de mil)	206.667	206.667
Resultado por ação básico e diluído- R\$	0,37	0,34

## 22 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

## Notas Explicativas

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 16 de março de 2012, com vigência até 31 de maio de 2013.

A Companhia apurou o montante de R\$ 43.797 de subvenções governamentais no período findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 40.174 no período findo em 30 de setembro de 2011).

### 23 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2012	2011
<b>Receita operacional bruta</b>	<u>2.421.165</u>	<u>2.102.750</u>
Venda de mercadoria	2.412.314	2.092.779
Serviços prestados	8.851	9.971
<b>Deduções</b>	<u>(82.435)</u>	<u>(65.669)</u>
Impostos sobre vendas	(63.845)	(49.200)
Devoluções e abatimentos	<u>(18.590)</u>	<u>(16.469)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>2.338.730</u>	<u>2.037.081</u>

### 24 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	2012	2011
<b>Despesas com vendas</b>		
Veiculação, publicidade e produção	(17.081)	(15.285)
Patrocínio, shows, eventos, premiações e pesquisas	(3.304)	(1.342)
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	<u>(24.503)</u>	<u>(20.046)</u>
Subtotal	<u>(44.888)</u>	<u>(36.673)</u>
<b>Despesas administrativas e gerais</b>		
Despesas com pessoal	(292.787)	(218.700)
Despesas com ocupação	(81.737)	(55.883)
Despesas com utilidades e serviços	(27.724)	(19.400)
Impostos, taxas e contribuições	(6.750)	(4.288)
Despesas gerais	<u>(54.990)</u>	<u>(29.473)</u>
Subtotal	<u>(463.988)</u>	<u>(327.744)</u>
Total	<u>(508.876)</u>	<u>(364.417)</u>

Até 30 de setembro de 2012, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 3.925, relacionados à oferta pública de ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Até 30 de setembro de 2012 foi capitalizado R\$ 1.792 (R\$ 1.208 até 30 de setembro de 2011).

### 25 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultados

## Notas Explicativas

	2012	2011
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	1.681	341
Receitas com operações de <i>swap</i>	6.729	2.520
Variação cambial	3.769	521
Juros sobre capital próprio	8	7
Outros juros	<u>211</u>	<u>80</u>
<b>Total de receita financeira</b>	<u>12.398</u>	<u>3.469</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(31.423)	(21.610)
Despesas com operações de <i>swap</i>	(4.747)	(2.647)
Juros de parcelamentos de impostos	-	(485)
Outros juros	(29)	(1.312)
Comissões e despesas bancárias	(793)	(410)
IOF	(2.896)	(1.781)
Ajustes a valores presentes	(28.410)	(30.714)
Variação cambial	(8.605)	(2.452)
Descontos concedidos	<u>(974)</u>	<u>(95)</u>
<b>Total de despesa financeira</b>	<u>(77.877)</u>	<u>(61.506)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<u>(65.479)</u>	<u>(58.037)</u>

Os valores de R\$ 30.658 e R\$ 21.609 em 30 de setembro de 2012 e 2011, respectivamente, são apresentados na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e referem-se à juros de Empréstimos e financiamentos, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras.

## 26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

### Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

### Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos

## Notas Explicativas

limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

### Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Pague Menos possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto, sem risco, bem como sua política de investimento em outras Companhias representa uma parcela insignificante.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A rede de farmácias Pague Menos atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, logo, entende que o seu risco é baixo, além de que estas assumem total responsabilidade pelo repasse dos créditos.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto, considera o risco de crédito insignificante.

### Contas a receber de clientes

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das Informações contábeis intermediárias foi:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Contas a receber de clientes	<u>179.104</u>	<u>151.420</u>
	<u>179.104</u>	<u>151.420</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 por tipo de contraparte foi:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Cartões de crédito	166.378	139.732
Convênios	11.855	8.697
Comissões	871	3.095
Perdas por redução no valor recuperável	<u>          -</u>	<u>      (104)</u>
	<u>179.104</u>	<u>151.420</u>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>

## Notas Explicativas

### A vencer

1 a 30 dias	116.371	79.609
31 a 60 dias	25.863	30.827
61 a 90 dias	16.319	20.339
Acima de 90 dias	<u>7.825</u>	<u>8.957</u>
<b>Total</b>	<b><u>166.378</u></b>	<b><u>139.732</u></b>

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. Com exceção do fato pontual explicado na Nota Explicativa 7, a Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional. O valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerado como perda no período.

### Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 59.713 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 19.309 em 31 de dezembro de 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras, os quais possuem *ratings* abaixo listados:

Instituição financeira	Ratings pela agência Fitch
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	BBB
Itaú Unibanco Holding S.A.	BBB+
Banco Bradesco S.A.	BBB+
Banco Santander Brasil S.A.	BBB
Banco do Brasil S.A.	BBB
Banco Safra S.A.	BBB-

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Pague Menos na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Pague Menos faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das informações contábeis intermediárias, estão demonstradas a seguir:

Em 30 de setembro de 2012	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	59.713	59.713	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	179.104	179.104	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	350.048	350.048	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	269.644	95.353	13.738	160.412	141
Debêntures (nota 16)	266.678	8.167	43.079	215.432	-
	<b>Valor</b>	<b>1 ano</b>	<b>Entre 1</b>	<b>Entre 2 e</b>	<b>Acima de</b>

## Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2011	contábil	ou menos	e 2 anos	e 5 anos	5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	19.309	19.309	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	151.420	151.420	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 15)	431.653	431.653	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	283.179	155.612	80.958	46.183	426

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Pague Menos, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

### Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano (USD), que encerrou o período em 30 de setembro de 2012 com a variação positiva de 8,25% em relação à última cotação do exercício de 2011.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração contrata instrumentos financeiros derivativos, suscetíveis também à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio, que estão demonstrados a seguir:

Moeda dólar	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira (a)	-	-
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(33.883)</u>	<u>(16.532)</u>
Déficit apurado (a-b)	<u>(33.883)</u>	<u>(16.532)</u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 30 de setembro de 2012, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 2,0306. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar futuro de R\$ 2,0580, em 30 de setembro de 2012 para jan/13; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando um aumento de 25% na cotação do dólar futuro, passando para R\$ 2,5725; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar futuro é elevada em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$ 3,0870.

### Análise de sensibilidade

Em 30 de setembro de 2012:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$ 33.883, em 30 de setembro de 2012, conforme os cenários demonstrados acima.

## Notas Explicativas

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		Câmbio	Câmbio	Câmbio
	US\$ 33.883	de 2,0580	de 2,5725	de 3,0870
Despesa financeira	Alta do US\$	928	(17.433)	(34.866)

Em 30 de setembro de 2011:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$ 20.229, em 30 de setembro de 2011, conforme os cenários demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
		Câmbio	Câmbio	Câmbio
	US\$ 20.229	de 1,8544	de 2,3180	de 2,7816
Despesa financeira	Alta do US\$	-	(9.378)	(18.756)

### Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 30 de setembro de 2012 (saldo contábil tendo por base o CDI de 6,59% acumulado nove meses) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção para jan/13 do CDI considerando o período base de 30 de setembro de 2012, de acordo com a curva de juros da BM&F (7,26% a.a. para o CDI) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

### Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 30 de setembro de 2012:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
<b>CDI</b>					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(185.824)	(1.240)	(4.598)	(7.956)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i> )	Alta do CDI	(68.541)	(461)	(1.710)	(2.959)
Debênture	Alta do CDI	(266.679)	(1.787)	(6.627)	(11.467)

A seguir, demonstramos, comparativamente, os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2011:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
<b>CDI</b>					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	216.961	(3.452)	(1.963)	(7.378)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i> )	Alta do CDI	44.723	(716)	(407)	(1.530)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II.

## Notas Explicativas

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 791 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1.238 em 31 de dezembro de 2011). A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

### Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

### Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

Descrição	2012		2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	59.713	59.713	19.309	19.309
Arrecadação de recursos de terceiros	10.390	10.390	9.602	9.602
Contas a receber de clientes	179.104	179.104	151.420	151.420
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	(211.301)	(211.301)	(365.146)	(365.146)
Financiamentos e empréstimos	(269.644)	(273.506)	(283.179)	(284.770)
Debêntures	(266.678)	(262.074)	-	-
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	(1.982)	(1.982)	(2.790)	(2.790)

### Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

#### *Arrecadação de recursos de terceiros*

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

#### *Contas a receber de clientes*

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação

## Notas Explicativas

razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

### *Fornecedores*

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

### *Financiamentos e empréstimos*

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas Informações contábeis intermediárias em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2012 e 2018, apurados na data de apresentação das Informações contábeis intermediárias.

### *Hierarquia do valor justo*

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 30 de setembro de 2012:

Descrição	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.982)	-

Em 30 de setembro de 2011:

Descrição	2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.684	-

O valor justo dos instrumentos financeiros foi obtido por meio de projeções dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente, por moedas e índices de mercado cotados em bolsas de valores.

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o período findo em 30 de setembro de 2012, foram reconhecidos no resultado do período e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data das informações contábeis

## Notas Explicativas

intermediárias (vide Nota Explicativa 25). Não houve transferências entre os níveis para os períodos apresentados.

### *Instrumentos financeiros derivativos*

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa 25).

#### *Swap 1*

Tinha por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebia juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e pagava 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 30 de setembro de 2012 (em 31 de dezembro de 2011, é de US\$ 2.500). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do período. Até 30 de setembro de 2012, o efeito negativo no resultado foi de R\$ 347.

#### *Swap 2*

Tinha por objetivo proteger seu endividamento contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 30 de setembro de 2012 (em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.248 e R\$ 7.105), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Até 30 de setembro de 2012, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 29.

#### *Swap 3*

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 4,15% a.a., 4,15% a.a. e 4,84% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,30% a.a., 2,20% a.a. e 2,20% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os valores de referência destes *swaps*, em 30 de setembro de 2012 são de US\$ 7.984, US\$ 3.002, US\$ 11.331 e US\$ 14.711 (31 de dezembro de 2011 são de US\$ 5.005, US\$ 9.980, US\$ 0 e US\$ 0), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Até 30 de setembro de 2012, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 2.300.

### *Operações em aberto Swap 3*

Em 30 de setembro de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de referência em 30/09/2012		Valorização em 30/09/2012		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco	Posição cliente	
<b>Data de vencimento</b>	<b>Contrapartes</b>			<b>Em R\$</b>	<b>Em R\$</b>	<b>Em R\$</b>
07/02/2014	Itaú BBA S.A	7.984	10.000	10.140	12.235	2.095
24/03/2014	Itaú BBA S.A	3.002	4.999	5.007	6.102	1.095
20/01/2015	Itaú BBA S.A	11.331	20.000	20.371	23.232	2.861
30/06/2015	Itaú BBA S.A	14.711	30.000	30.510	30.109	(401)
Total						5.650

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de referência em 30/09/2012		Valorização em 30/09/2012		Valor justo
		Em US\$	Em R\$	Posição banco	Posição cliente	
<b>Data de vencimento</b>	<b>Contrapartes</b>					

**Notas Explicativas**

		Valor de referência em 30/09/2012		Valorização em 30/09/2012		Em R\$
				Em R\$	Em R\$	
07/02/2014	Itaú BBA S.A	9.980	16.667	19.034	17.571	1.463
24/03/2014	Itaú BBA S.A	5.005	8.333	9.398	8.359	<u>1.039</u>
Total						2.502

**27 Cobertura de seguros (não auditado)**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das Informações contábeis intermediárias. Consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 19.445, respectivamente, para danos materiais. As apólices são formadas apenas por coberturas de danos materiais nos veículos e na aeronave da Companhia.

## **Notas Explicativas**

**Francisco Deusmar de Queirós**  
Presidente

**Josué Ubiranilson Alves**  
Diretor Vice-presidente

**Armando Lima Caminha Filho**  
Diretor Financeiro

**Carlos Henrique Alves de Queirós**  
Diretor de Expansão e Novos negócios

**Mario Henrique Alves de Queirós**  
Diretor de Planejamento e Relações com investidores

**Patriciana Maria de Queirós Rodrigues**  
Diretora Comercial

**Edson de Arruda Câmara Júnior**  
Diretor de Operações

**Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes**  
Diretor de Sistemas e Logística

**Marcos Ezequias Cavalcante Costa**  
Contador CRC CE 8408

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as informações trimestrais - ITR

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas da  
Empreendimentos Pague Menos S.A.  
Fortaleza - CE

### Introdução

1. Revisamos as informações contábeis intermediárias da Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

4. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Informações intermediárias do valor adicionado

5. Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 14 de novembro de 2012

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6 S-CE

Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador CRC RJ-064887/O-8 S-CE

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais - ITR, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012.

Fortaleza, 14 de novembro de 2012.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução Normativa CVM 480/09, os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de revisão dos auditores independentes, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012.

Fortaleza, 14 de novembro de 2012.